

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.683 - RJ (2019/0273744-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : JOÃO ALBERTO ROMEIRO - RJ084487
BRUNO CALFAT - RJ105258
AGRAVADO : L R S
REPR. POR : A L S
AGRAVADO : CAROLINA RODRIGUES SILVA
AGRAVADO : DANIELE DA SILVA RAMOS
ADVOGADO : MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS - RJ125489

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TRANSPORTE. ACIDENTE. 1. AUTOR QUE SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA OU CULPA CORRENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. *QUANTUM* FIXADO COM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 658):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO FATAL DE PEDESTRE, MENOR IMPUBERE, EM VIA FÉRREA, CAUSADO POR COMPOSIÇÃO DA EMPRESA RÉ, QUE ATUA COMO CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. RESSARCIMENTO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS

POSTULADO PELAS IRMÃS E PRIMA/MADRINHA DA VÍTIMA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELOS DE AMBAS AS PARTES. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE DECIDIU SER DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO AFETIVO ENTRE IRMÃOS, QUE SÃO LEGITIMADOS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO INDENIZATÓRIA EM DECORRÊNCIA DE MORTE DE PARENTE, SENDO POSSÍVEL A INSERÇÃO OU EXCLUSÃO DE OUTRAS PESSOAS NESSA CADEIA DE LEGITIMAÇÃO, A DEPENDER DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO: AGINT NO ARESP 430591/RJ. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, DIANTE DA ATIVIDADE EXERCIDA PELA RÉ. ARTIGO 37, § 6.º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PROVAS COLIGIDAS QUE DEMONSTRAM TER A VÍTIMA SE UTILIZADO DE PASSAGEM CLANDESTINA E PERIGOSA, POR INEXISTIR NO LOCAL PASSARELA PARA A TRAVESSIA SEGURA DE PEDESTRES, SENDO AINDA CERTO QUE O LUGAR NÃO CONTA COM AVISOS, SINAL LUMINOSO, CANCELA, CHEGANDO AO ABSURDO DE O MAQUINISTA NÃO APITAR AO PASSAR. DESCUMPRIMENTO, PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DO SEU DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA.

PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP Nº 1.172.421, SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973, ENTÃO VIGENTE. DEVER DE REPARAÇÃO PELO DANO MORAL. VERBA COMPENSATÓRIA CORRETAMENTE ARBITRADA EM FAVOR DAS IRMÃS DA VITIMA, OBSERVADAS AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUANTO À PRIMA/MADRINHA DA AUTORA, NO QUE TOCA AO DANO MORAL, MOSTROU-SE ACERTADA, VEZ QUE O DANO NA HIPÓTESE NÃO SE AFIGURA IN RE IPSA, INEXISTINDO NSO AUTOS ELEMENTOS A COMPROVÁ-LO. ACERTADA A CONDENAÇÃO DA RÉ AO REEMBOLSO DAS DESPESAS COM FUNERAL DEVIDAMENTE COMPROVADAS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA QUE SE IMPÕE, CONFERINDO-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ NESTE ASPECTO. INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 86 E 87, § 1.º, DO ATUAL CPC. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ. DESPROVIMENTO DO RECURSO DAS AUTORAS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 778-784).

Nas razões do recurso especial, a recorrente apontou violação aos arts. 373

e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 944 e 945 do CC/2002.

Sustentou negativa de prestação jurisdicional quanto ao fundamento de que a indenização por abalo moral sofrido pelo falecimento de parente próximo deve ser arbitrada de forma global, bem como acerca da carência de elementos mínimos do fato constitutivo do direito.

Pontuou que, ao deixar de reconhecer a culpa concorrente da vítima, fixou a indenização por danos morais e materiais sem a redução no valor imposta pelo art. 945 do CC/2002.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 846-849).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 do STJ, bem como pela ausência de ofensa ao art. 1.022 do NCPC.

Irresignada, a recorrente interpõe agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 926-928 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado n. 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Cumprasseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, apenas decidindo de forma contrária à pretensão da recorrente. Não há, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Quanto ao ônus probatório, o Tribunal de origem, em consonância com o entendimento desta Corte, aduziu que o autor comprovou serem cabíveis os danos morais

pleiteados na exordial, sendo, desse modo, ônus da ré desconstituir os fatos narrados, tendo em vista a sua responsabilidade objetiva (e-STJ, fl. 672).

Observa-se que o Tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia, concluiu pela existência de nexo causal entre o acidente descrito e o dano causado, pela ausência de comprovação de culpa exclusiva ou concorrente da vítima, bem como pela configuração da responsabilidade civil da recorrente, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 672-686):

Fica claro pela leitura do dispositivo que o legislador originário fez opção pela responsabilidade objetiva do Estado e de suas Concessionárias, sem necessidade de demonstração de culpa, uma vez que o texto constitucional não faz qualquer menção a isso.

Certo é que as disposições constitucionais referidas se consolidam a partir da teoria do risco administrativo, na qual se afasta a necessidade de comprovação de culpa por parte do agente, considerando-se a hipossuficiência do administrado, no que tange a sua capacidade probatória, bem quanto à regularidade dos serviços prestados.

Assim, diante da natureza objetiva da responsabilidade da SUPERVIA, fundada no art. 37, § 6.º, da Constituição da República, revela-se suficiente a prova do fato, do dano e do nexo causal entre ambos, não se exigindo o elemento "culpa".

E, nessa esteira, tratando-se de responsabilidade civil objetiva de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público (CR/88, art. 37, § 6.º), que só poderia ser elidida por caso fortuito, força maior ou fato exclusivo da vítima.

Com efeito, referido dispositivo tutela a responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, porquanto alude de forma expressa a "terceiros", estes entendidos como usuários e não usuários do serviço, consoante se depreende do seguinte julgado desta Corte:

(...)

Todavia, in casu, sequer restou comprovada a culpa concorrente, visto que consignado que a vítima não atravessou pela passagem de pedestres porque no local não há passarela próxima, conforme Registro de Ocorrência carreado com a petição inicial dos autos em apenso, Processo n.º 0329878-93.2017.8.19.0001 (e-fls. 25, fls. 37), e oitiva de testemunha colhida em Audiência de Instrução e Julgamento, in verbis:

(...)

Na hipótese em tela, tanto a prova documental colacionada, consubstanciada principalmente pelo Registro de Ocorrência carreado com a exordial, que, gize-se, goza de presunção de veracidade/legitimidade e afasta qualquer arguição da segunda recorrente de ausência de prova da ocorrência do atropelamento, bem como a testemunhal, revelam que o evento danoso ocorreu em local onde não existe passarela para a travessia segura de pedestres, sendo ainda certo que o lugar não conta com avisos, sinal luminoso, cancela,

chegando ao absurdo de o maquinista não apitar ao passar.

(...)

Assim, de todo relevante a conduta omissiva da concessionária de serviços públicos quanto ao dever legal de segurança e de fiscalização da malha ferroviária, não só para assegurar a incolumidade dos seus prepostos e passageiros, como também de terceiros para que se utilizem de passagens regulares, onde deve manter hígida a sinalização, assim como colocando muros ou cercas, nas passagens clandestinas.

(...)

Assim, a Corte local decidiu em conformidade com a orientação jurisprudencial pacífica desta Corte, segundo a qual, em se tratando de danos decorrentes do desempenho de atividade de transporte, a responsabilidade civil deve ser aferida pela teoria objetiva, configurando-se independentemente de culpa.

Com efeito, "a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro - quando este não guardar conexidade com a atividade de transporte" (REsp 974.138/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 9/12/2016).

Além disso, impossível a revisão da conclusão do Tribunal de origem para reconhecer a ocorrência de culpa exclusiva da vítima ou de culpa concorrente, tal como pretendido pela recorrente, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO E PEDESTRE. DESRESPEITO AO SEMÁFORO E ATROPELAMENTO NA FAIXA DE PEDESTRES. PROVA DA CULPA DO MOTORISTA DO COLETIVO, PREPOSTO DA EMPRESA RECORRENTE. ART. 131 DO CPC/73. VALORAÇÃO DA PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ E DA PERSUASÃO RACIONAL. ALEGADA CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SEQUELAS IRREVERSÍVEIS. INCAPACIDADE ABSOLUTA. DANOS MORAIS. VALOR COMPENSATÓRIO. R\$ 150.000,00 (CENTO MIL REAIS). RAZOABILIDADE. REVISÃO. EXCEPCIONAL

INTERVENÇÃO DESTE STJ. DESCABIMENTO. ADEMAIS, FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL SUFICIENTE, POR SI SÓ, PARA MANTER O ARESTO RECLAMADO. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 753.923/SP, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 25/5/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Rever o entendimento da Corte a quo, a qual consignou que, diante da realidade fática apresentada nos autos, evidenciou-se a inexistência de culpa exclusiva da vítima pelo acidente em questão, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.
2. O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais somente pode ser revisto nas hipóteses em que o valor se revelar irrisório ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela.
3. [...]
4. [...]
5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.541.011/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe de 25/8/2017)

No que se refere à indenização por danos morais, o Tribunal estadual deixou assente que (e-STJ, fl. 685):

Quanto ao valor do dano moral, o juiz, ao arbitrá-lo, deve estimar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes.

Sob esse aspecto, no que tange ao quantum indenizatório, tem-se que o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para cada irmã da vítima, afigura-se adequado para compensar o dano moral experimentado, observando-se também o caráter punitivo-pedagógico da condenação.

A improcedência do pedido quanto à prima/madrinha da autora, no que toca ao dano moral, mostrou-se acertada, vez que o dano na hipótese não se afigura *in re ipsa*, e não há nos autos elementos a comprová-lo.

Noutro giro, acertada a condenação da ré a reembolsá-la pelas despesas de funeral, na medida em que devidamente comprovadas (e-fls. 32, fls. 54).

Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais será revisto somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre no caso dos autos.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios em favor do advogado da parte ora recorrida em 1% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator